



**PREFEITURA DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**

Discurso do secretário municipal de Direitos Humanos e Cidadania, Rogério Sottili, na conferência para o lançamento da ASAP no Brasil – Reflexões Sobre a Fome e a Miséria

Painel 'Direito à cidade: internacionalização, pobreza e as lutas sociais na contemporaneidade'

(5/12/13, às 17h, no Auditório da Procuradoria da República – 3ª Região)

Boa tarde a todas e todos,

É uma grande satisfação participar desta Conferência, organizada pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, pela Procuradoria Regional da República e pela Escola Superior do Ministério Público da União, a quem agradeço pelo convite. Cumprimento a secretária Luciana Temer e, em nome dela, saúdo todas as companheiras de mesa¹ e todos os presentes.

Essa mesa nos propõe discutir questões mais atuais, ao falar sobre direito à cidade, internacionalização, pobreza e as lutas sociais na contemporaneidade. São

¹ Moderadoras: Anália B Ribeiro (Diversitas-USP) e Zélia Luíza Pierdoná (MPF)
Palestrantes: Luciana Temer; Cláudia Moraes de Souza. (Historiadora. *Escola Paulista de Política, Economia e Negócios da UNIFESP*. Autora de "Acolhida e Integração Social de Estrangeiros: Um desafio aos Direitos Humanos?") e Maria Laura Canineu (Diretora do Human Rights Watch no Brasil: Violência e Pobreza)
Espaço tribuna: Pedro Hartung e Nathalie Fragoso (Clínica de Direitos Humanos Luiz Gama da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo - FADUSP: "Vozes silenciadas: a ação da Ouvidoria Comunitária da População em situação de Rua em São Paulo").

vários temas, complexos, e totalmente relacionados à pauta de direitos humanos que devemos avançar.

Temos trabalhado na Secretaria de Direitos Humanos com a perspectiva de ocupação dos espaços públicos pela cidadania. Queremos espalhar a cultura dos direitos humanos por toda a Cidade. Isso passa por fortalecer os diversos espaços simbólicos, dialogar com a cultura de rua, fortalecer as ações que já se multiplicam espontaneamente pelos coletivos, construir espaços de lazer e de convivência. Enfim, nos relacionarmos com a Cidade, nos aproximarmos das pessoas, superando o medo e o recolhimento aos nossos espaços privados, por um lado, e, de outro, reverter a tendência de privatização dos espaços públicos.

As ruas são espaços de todos, devem ser democráticas e seguras. Devemos reverter a cultura de violação para a cultura de direitos humanos, sem violência institucional e segregação. O sentimento de pertencimento à cidade deve ser uma experiência de todos, como instrumento essencial para a efetiva inclusão das pessoas que moram na Cidade. A relação com a Cidade compromete seus cidadãos e cidadãs na construção de políticas para a garantia de direitos.

Observamos neste ano uma série de manifestações populares por todo o mundo e fortemente aqui em São Paulo, nos episódios de junho. As reivindicações passaram por muitos temas e surgiu com força a demanda por mais e melhores serviços públicos – e, portanto, mais Estado; também se exigiu mais participação social.

Este é um ponto essencial. A participação social deve ser o nosso método de gestão. Não é possível fazer a boa política sem escutar os movimentos sociais, os especialistas, as organizações historicamente comprometidas com as mais diversas causas dos direitos humanos. Isso não é uma benemerência do poder público. É um direito garantido constitucionalmente e também a forma de qualificar a política, garantir adesão e efetividade na ponta e atender efetivamente às necessidades das pessoas.

As manifestações, portanto, são muito saudáveis à democracia, são oportunidades de avanço. Elas pressionam os governos e aproximam a população das decisões políticas. Entendo que os governos não devem só aceitar as manifestações, mas investir nos mais diversos instrumentos de participação social, sejam ferramentas tecnológicas, mecanismos de transparência pública, dados abertos, diversidade de meios de comunicação.

Isso me remete a um exemplo que uso sempre, e está totalmente conectado ao tema desta conferência. O Programa Brasil sem Miséria é uma das principais marcas do governo Dilma, que dá continuidade às políticas de transferência de renda iniciadas no governo Lula e já foram responsáveis pela retirada de mais de 40 milhões de pessoas da extrema pobreza e redução das desigualdades sociais no País.

São ações que viraram referência internacional, construídas por gestores altamente comprometidos com o tema. De todo modo, foi feito em gabinetes fechados, para que fosse possível lançar o programa rapidamente e atender logo as pessoas que precisavam. As intenções, compromissos e qualidade foram as melhores possíveis naquelas condições, mas não foi feito o processo de participação social para construção inicial do programa.

Na oportunidade de revisão do Brasil Sem Miséria, como secretário-executivo da Secretaria-Geral da Presidência da República, conversei com a ministra Teresa Campelo e sugeri que a sociedade civil participasse dessa etapa. Após breve questionamento sobre a necessidade disso, a ministra concordou e construiu um amplo processo participativo. Isso foi um sucesso. A quantidade de propostas agregadas ao Plano foi impressionante, qualificando muito o projeto inicial. Além disso, os movimentos pactuaram com o governo as propostas, possibilitando o trabalho conjunto para sua implementação e monitoramento.

Essa experiência ajudou a avançarmos mais um pouco na construção e no fortalecimento da nossa democracia recente, e mais do que isso, ajudou a

consolidar um dos principais instrumentos de superação da miséria que conhecemos.

Já conquistamos muita coisa para a garantia dos direitos humanos, mas ainda temos muito a fazer. Vivemos em um mundo onde um bilhão de pessoas passam fome e a cada 3 segundos alguém morre por isso. Os alimentos são exportados por todos os lados, são industrializados, passam por diversos intermediários, e não chegam a todo mundo. Não é de hoje que esses modelos precisam ser revistos.

Por isso, fico feliz com o lançamento no Brasil dessa importante plataforma do ASAP, que propõe a realização de pesquisas que tratem da pobreza global. Não podemos mais conviver com pessoas sem ter o que comer, revirando lixos para encontrar restos de comida das famílias que desperdiçam alimentos todos os dias.

Além da distribuição de renda, devemos agregar ao padrão de desenvolvimento dos países, requisitos fundamentais para o crescimento com qualidade e justiça social: a ampliação dos direitos de cidadania, a consolidação da democracia, a geração de trabalho e renda e oportunidades de ascensão social com equidade.

Essas mudanças impactam na construção de valores individuais e coletivos, na percepção de cada um sobre si mesmo como sujeito de direitos e na forma com que os indivíduos constroem suas relações com seu entorno e com a comunidade, e até mesmo como se manifestam.

O desenvolvimento deve passar pela construção de uma sociedade justa, equilibrada e fraterna, impulsionada pela organização e participação popular, pela disseminação dos valores democráticos e solidários, pela cultura de paz e de valorização das diferenças.

Dessa forma, a luta e a fome do outro, se torna de todos. E o mundo se enxerga não como europeus, asiáticos, africanos e americanos, mas como seres humanos que devem ter seus direitos salvaguardados.

Que a gente avance ainda mais nesse debate. Forte abraço e obrigado!